

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 78, de 2016 (nº 446, de 8 de agosto de 2016, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.*

RELATOR: Senador **HÉLIO JOSÉ**

O Presidente da República indicou o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal compete privativamente ao Senado Federal apreciar de forma prévia a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, e deliberar por voto secreto acerca da matéria.

O MRE elaborou currículo do diplomata, em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Nascido em 16 de agosto de 1957, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, o Senhor RICARDO NEIVA TAVARES é filho de Túlio Tavares e Maria Celi Neiva Tavares.

Em 1979, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Ainda no Instituto Rio Branco, participou do Curso de

Aperfeiçoamento de Diplomatas (1985) e do Curso de Altos Estudos (1997), tendo defendido a tese “As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas: do relacionamento com o ECOSOC à busca de novas áreas de atuação”.

Frequentou, também, a Escola Nacional de Administração (ENA) em Paris, França, tendo concluído o curso em 1984.

Publicou, pela Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, “As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas”, no ano de 1999, em Centro de Estudos Estratégicos; e “Europa: evolução e perspectivas da integração regional europeia e sua relevância para o Brasil”, no ano de 2010, em Textos Acadêmicos.

Sobre sua carreira no Instituto Rio Branco, no ano de 1980, tornou-se Terceiro-Secretário; em 1982, Segundo-Secretário; em 1987, Primeiro-Secretário; em 1994, Conselheiro; em 2001, Ministro de Segunda Classe; em 2005, Ministro de Primeira Classe. As promoções sempre ocorreram por merecimento.

Foi designado para diversas funções ao longo da carreira, com destaque para as seguintes: Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Paris, de 1986 a 1989; Primeiro-Secretário na Embaixada em Tóquio, de 1989 a 1993; Assessor da Secretaria-Geral, de 1993 a 1995; Conselheiro na Missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU), de 1995 a 1998; Conselheiro na Embaixada em Camberra, de 1998 a 2001; Chefe da Assessoria de Comunicação Social, de 2003 a 2006; Assessor Especial do Gabinete do Ministro de Estado, de 2006 a 2008; Embaixador da Missão do Brasil junto à União Europeia, de 2008 a 2013; Embaixador em Roma, desde 2013. Chefiou, ainda, várias delegações.

Foi agraciado com condecorações nacionais, como a de Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval, da Ordem do Mérito Militar e da Ordem do Mérito Aeronáutico. Também recebeu condecorações estrangeiras, a exemplo da Ordem de Orange Nassau, dos Países Baixos, no grau de Grande Oficial; Comendador da Ordem Real do Mérito, da Noruega; e, pela França, Oficial da Ordem da Legião de Honra e Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito.

Acompanha a mensagem presidencial documento informativo elaborado pelo MRE, em observância ao RISF, sobre a República da Áustria.

Localizada na Europa Central, a Áustria, cuja capital é Viena, conta com população de aproximadamente 8,5 milhões de habitantes. O processo de formação da identidade germânica remonta à expansão do Império Romano pelo centro da Europa. Em 1156, tornou-se independente do Ducado da Baviera. Quase cem anos depois, a história do país passou a se vincular à dinastia dos Habsburgo.

A derrota na Primeira Guerra Mundial, em 1918, levou à desintegração do Império: Hungria, Tchecoslováquia, Polônia, Romênia e Iugoslávia herdaram os territórios desvinculados da Áustria. Foi Proclamada a Primeira República. Porém, em 1938, o país foi anexado pela Alemanha nazista. A restauração da República somente ocorreu em 1945, e, apenas em 1955, a Áustria recuperou, de fato, a soberania de seu território e ingressou na ONU.

Desde janeiro de 2007, a Áustria é governada por grande coalizão formada entre social-democratas e democrata-cristãos. Verifica-se, no entanto, fragmentação político-partidária e esses dois partidos vêm perdendo apoio popular, apesar de o país figurar entre os de mais alto desenvolvimento, com plena estabilidade democrática, economia avançada e competitiva e com alto nível de coesão social. Assim, pela primeira vez desde o pós-guerra, a Áustria terá um chefe de estado de terceiro partido (os “Verdes”).

Fatores apontados como responsáveis por essas dificuldades internas são a globalização, tomada como ameaça às conquistas do Estado de Bem-Estar Social; a estagnação da renda média da população, especialmente após a crise econômica mundial de 2008; e a preocupação com a onda crescente de imigrantes, agravada pela recente crise de refugiados.

Desde 1995, a Áustria é membro da União Europeia, que ocupa o centro de sua política externa. Balcãs e Europa Oriental, Mediterrâneo e Oriente Médio, e grandes mercados emergentes são outros focos de atenção para a política externa do país. Importante notar que 80% de suas exportações são absorvidas pelo continente europeu.

Até 2012, a Áustria tinha a mais baixa taxa de desemprego entre os membros da União Europeia. Nos últimos anos, porém, a economia austríaca vem passando por dificuldades. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em 2015, foi de apenas 0,9%, ao passo que a União Europeia alcançou crescimento de 1,9%. Apesar da expectativa de melhores resultados para este ano, o PIB austríaco não deverá atingir o patamar daquele a ser obtido pelo bloco. Ademais, é esperado aumento da taxa de desemprego, em parte causado pela imigração.

Após os efeitos da crise de 2008, verifica-se cenário de aparente estabilização da situação fiscal. No entanto, a longo prazo, há dúvidas sobre a sustentabilidade da previdência oficial e do Estado de Bem-Estar Social, haja vista o progressivo envelhecimento da população.

O empresariado aponta a incapacidade política de implementar reformas efetivas no âmbito fiscal, trabalhista e previdenciário como fator que tem levado a dificuldades de a indústria da Áustria manter seu alto padrão de competitividade internacional. A despeito disso, vale chamar atenção para a base industrial sólida do país, mantendo-se competitiva em setores de alto valor agregado.

ONU e multilateralismo são considerados de grande relevância na agenda internacional austríaca. Viena caracteriza-se como centro diplomático e sede de organizações internacionais: é a terceira mais importante sede das Nações Unidas.

Assim como o Brasil, há tradição na busca de consensos e soluções negociadas. Contudo, apesar de favorável a ajustes para corrigir a sub-representação dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança da ONU, a Áustria não tem apoiado a pretensão brasileira de ampliação do número de membros permanentes daquele órgão.

No âmbito bilateral, Brasil e Áustria possuem relações fundadas em bases históricas sólidas, tais como: i) o casamento da Arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo com Dom Pedro I, futuro imperador do Brasil, no ano de 1817; ii) o exílio no Brasil de migrantes austríacos durante o nazismo, a exemplo do escritor Stefan Zweig e do escritor e jornalista Otto Maria Carpeaux; iii) o posicionamento do Brasil favorável ao restabelecimento da soberania austríaca perante a Assembleia Geral da ONU em 1952.

Além disso, Áustria e Brasil compartilham e defendem valores e objetivos comuns no plano internacional, o que abre espaço para iniciativas de cooperação em foros internacionais. No campo econômico, convém registrar os investimentos diretos austríacos no Brasil, e, no político, o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas de 2008.

A pauta de exportação brasileira para a Áustria, no ano de 2015, foi composta por 73,9% de produtos manufaturados, sobretudo máquinas mecânicas e aviões. Importamos, no mesmo ano, 98,6% de produtos manufaturados, em especial máquinas mecânicas e farmacêuticos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2016

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Hélio José, Relator